

5ª REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO DA JUSTIÇA FEDERAL DA 6ª REGIÃO

Data: 03/06/2024

Horário: 17h30m

Local: On line, pelo aplicativo Microsoft Teams

Pauta: Apresentação das atividades desempenhadas pelos membros do Comitê Gestor de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau e definição das próximas ações.

Participantes: Desembargador Federal Pedro Felipe de Oliveira Santos, Juízes Federais Antônio Lúcio Túlio de Oliveira Barbosa, Luiz Eduardo Stancini Cardoso, Walmir Nunes Conrado, Juíza Federal Rosilene Maria Clemente de Souza Ferreira, e os servidores Alessandra Matias Barbosa, Jane Daniela Cunha, Mônica de Deus Gil, Rodolfo Farah Gieseke e Soraia Aparecida Maia Gomes.

Resumo das tratativas e deliberações:

O Desembargador Federal Pedro Felipe de Oliveira Santos iniciou a reunião e passou a palavra à servidora Mônica Gil para apresentação dos resultados do formulário respondido pelas Secretarias únicas do primeiro grau.

A servidora informou que todas as secretarias responderam ao questionário e que os dados foram consolidados em planilha única (anexa). Resumidamente, a servidora destacou os principais dados relativos à estrutura de pessoal, ao acervo das varas, às instalações e clima organizacional.

O servidor Rodolfo fez uma retificação no conteúdo do resumo e o Juiz Federal Luiz Eduardo solicitou mais dados a respeito da possibilidade de aproveitamento da mão de obra das subseções para tarefas específicas das secretarias únicas.

Em seguida ao relato, o Desembargador Federal Pedro Felipe sugeriu que as Secretarias completem as informações dos formulários com a indicação do número de servidores necessários para composição da lotação ideal das unidades. Informou, ainda, que os dados do formulário servirão de fundamento para a elaboração do relatório final do Comitê.

A servidora Alessandra informou que as tratativas para a atuação dos oficiais de justiça nas pesquisas e lançamento de restrições nos sistemas eletrônicos estão adiantadas. Em breve, serão iniciadas as atividades dos oficiais de justiça para consulta e efetivação de restrição nos sistemas SISBAJUD, INFOJUD, CNIB, entre outros. O servidor Rodolfo também relatou sua participação nas reuniões para organização da delegação de tais tarefas aos oficiais de justiça.

O Desembargador Pedro Felipe sugeriu que estas tratativas façam parte do relatório do Comitê, principalmente para que seja esclarecido que fazem parte das diversas propostas elaboradas e que não diminuem as necessidades de melhoria relatadas.

Passando para outro eixo da atuação do Comitê, foram retomadas as discussões quanto ao diagnóstico da situação das Varas Gabinete.

A Juíza Federal Rosilene informou que já recebeu diversas propostas, ainda que informais, para reestruturação das Varas Gabinete. Relembrou que a situação foi relatada para a COGER na ocasião da Correição realizada neste primeiro semestre de 2024.

O Desembargador Pedro Felipe entende ser necessário franquear a palavra a todos os interessados, Juízes Federais, Juízes Federais Substitutos e Diretores das Varas Gabinetes. Sugeriu a elaboração de pequeno formulário (no máximo 3 perguntas) para identificar o quadro ideal de servidores para as Varas Gabinete e as principais dificuldades.

A servidora Soraia ponderou que os dados já obtidos nos formulários respondidos pelas Secretarias únicas devem ser considerados para a elaboração de novas propostas.

O Juiz Federal Luiz Eduardo apontou três possíveis dificuldades para viabilizar a obtenção de resultados na pesquisa: a) a adesão dos magistrados (número representativo de respostas); b) a percepção do impacto do Eproc nas tarefas dos gabinetes e c) diferença das atribuições das Secretarias únicas e das varas gabinetes.

O Juiz Federal Valmir afirmou que, sendo a estrutura das Varas Gabinetes igual para as varas de primeiro grau, é possível que o aumento de dois servidores em cada gabinete seja suficiente para compor uma lotação ideal.

Foi definido que os Juízes Federais Rosilene, Luiz Eduardo e Valmir, além da servidora Soraia, serão responsáveis por elaborar o formulário e enviar aos colegas do Comitê até o dia 13/06. Ato contínuo, será encaminhado via SEI e whatsapp aos colegas de primeiro grau.

Quanto à reestruturação das Varas do interior, o Juiz Federal Antônio Lúcio informou que está terminando o relatório a ser utilizado pelo Comitê com levantamento de dados e coleta de opiniões dos magistrados. Também está elaborando relatório com pesquisa das soluções encontradas pelo TRF2 e TRF4 na equalização da força de trabalho das varas do interior.

Finalizando a reunião, o Desembargador Pedro Felipe sugeriu a apresentação do relatório do Comitê e de suas proposições aos novos dirigentes do Tribunal no final do mês de julho/2024 para que seja possível o aproveitamento dos dados na elaboração das ações da nova gestão.

A reunião foi secretariada pela servidora Mônica de Deus Gil, escolhida na forma do art. 3º da Res. PRESI 15/2023.

Belo Horizonte, 03 de junho de 2024.